



Câmara Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

à CLJR,
COFTC e
CUMASP
em 13/01.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 21/2021

Altera o Art. 4º e o Inciso I do Art. 6º da Lei nº 4.021, de 26 de outubro de 2011, que institui no município de Ubá o serviço de transporte individual de passageiros e o serviço de entrega de mercadorias em motocicleta.

A Câmara Municipal de Ubá decreta:

Art. 1º O Art. 4º da Lei nº 4.021, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A concessão ou permissão será outorgada para profissionais autônomos (motociclistas) vencedores da licitação, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis, conforme os perímetros de atuação a serem definidos em regulamento.

Art. 2º O inciso I do Art. 6º da Lei nº 4.021, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º (...)

I - 1 (um) mototáxi para cada 300 (trezentos) habitantes ou fração;

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

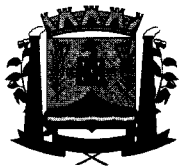
Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, ao 1º dia de março de 2021.


VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO


VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO


VEREADOR CÉLIO LOPES DOS SANTOS


VEREADOR JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICAÇÃO

Desde a edição da Lei nº 4.021, no ano de 2011, a população do município de Ubá cresceu e, com isso, o número de mototaxistas não estão sendo suficientes. Deste modo, apresentamos esta alteração no inciso I do Art. 6º para que a quantidade de mototaxistas ofertada seja de 1 para a cada 300 habitantes.

Outra modificação necessária é quanto ao período de licitação, atualmente de 8 anos. São muitas pessoas que deixaram a profissão de mototaxista, seja por motivo de falecimento ou mudança de atividade profissional, deixando uma lacuna que está sendo sentida pelos munícipes. Neste sentido, pretendemos alterar o Art. 4º com o objetivo de reduzir o tempo de licitação para 5 anos aos novos profissionais.